

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA
FACULDADE DR. FRANCISCO MAEDA**

Helena Falleiros Venturoso

**O HISTÓRICO DA INFLAÇÃO BRASILEIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS
ATUAIS SOB A ÓTICA DOS IMPOSTOS INDIRETOS**

**ITUVERAVA
2015**

HELENA FALLEIROS VENTUROSO

**O HISTÓRICO DA INFLAÇÃO BRASILEIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS
ATUAIS SOB A ÓTICA DOS IMPOSTOS INDIRETOS**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para à Faculdade Dr. Francisco Maeda.
Fundação Educacional De Ituverava para
obtenção do título de bacharel em Direito.**

Orientador: Prof. Helil Ferreira Palermo

**ITUVERAVA
2015**

HELENA FALLEIROS VENTUROSO

**O HISTÓRICO DA INFLAÇÃO BRASILEIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS
ATUAIS SOB A ÓTICA DOS IMPOSTOS INDIRETOS**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para à Faculdade Dr. Francisco Maeda.
Fundação Educacional De Ituverava para
obtenção do título de bacharel em Direito.**

Ituverava, 26 de novembro de 2015.

Orientador: _____
Helil Ferreira Palermo

Examinador (a): _____
Carlos de Almeida

Examinador (a): _____
Giovana Estela Vaz dos Santos

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, que direciona e conduz a minha vida. À Nossa Senhora, minha mãe do céu. Aos meus pais, Rafael e Lúcia, que sempre me apoiaram em todas as decisões e torceram por mim em todas as conquistas. Ao meu irmão, Marcelo, meu maior espelho na vida, meu companheiro eterno. Ao meu namorado, Renato, meu grande amor. A toda minha família e, em especial, à minha avó Isaura, sempre tão preocupada, deixou a maior saudade do mundo no meu coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, meu Pai Eterno, a Jesus, Seu filho amado e à Maria, Nossa mãe. Aos meus pais, responsáveis pela pessoa que me tornei, minha total gratidão a vocês. Ao meu irmão, obrigada por estar sempre ao meu lado. Agradeço também ao meu namorado pela paciência e amor incondicionais. À minha família, pelos almoços de domingo acompanhados de muitas risadas e conversas fiadas, e aos meus amigos, os de infância e os que encontrei na faculdade, por todos os anos de amizade e cumplicidade. Meu muito obrigada ao meu orientador, Professor Helil Palermo, pelos ensinamentos em aula e por ter auxiliado na construção desse trabalho. Por fim, agradeço à minha querida avó Isaura, por todas as suas orações e por toda a sua garra e força durante os sete anos que lutou contra um derrame, eu a amo muito.

]

**"Eu gosto do impossível porque lá a concorrência é menor."
Walt Disney.**

RESUMO

O presente trabalho busca, inicialmente, demonstrar o surgimento do processo inflacionário brasileiro desde a colonização do Brasil até os dias atuais, relatando os principais acontecimentos históricos em torno desse processo, os quais culminaram, muitas vezes, na constatação de índices inflacionários exorbitantes e, em outros, na presença de percentuais ínfimos, bem como os meios utilizados em cada período para conter o seu crescimento. Dessa forma, procurou-se comprovar que a aplicação dos impostos indiretos como meio de controlar o processo inflacionário evidenciado, principalmente, nos governos de Lula e Dilma, é responsável pelo aumento da desigualdade social, uma vez que acaba por taxar de forma dessemelhante os mais pobres e os mais ricos.

Palavras-chave: processo inflacionário; impostos indiretos; Lula; Dilma; desigualdade social.

SUMMARY

This present work intends, at first, to demonstrate how the emerging of the Brazilian inflationary process was since Brazil's colonization till present days, reporting major events around this process, which culminates, most of the time, in a verification of huge inflationary indexes and, in other times, in a presence of pitiful percentages, and the means used, in each period, to control the growth of the inflation. Therefore, we attempted to confirm that the application of indirect taxes used to control the inflationary process, especially in Lula's and Dilma's administration, is responsible for the increase of social inequality, since it ends up taxing in a dissimilar form the poorest people and the richest ones.

Keywords: inflationary process; indirect taxes; Lula; Dilma; social inequality.

LISTA DE SIGLAS

CIDE-combustíveis: Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Combustíveis em geral.

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IE: Imposto de Exportação

II: Imposto de Importação

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA: Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IR: Imposto de Renda

ITR: Imposto Territorial Rural

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PIB: Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 O HISTÓRICO DA INFLAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO MIRIAM LEITÃO.....	11
2 A PROBLEMÁTICA DOS IMPOSTOS INDIRETOS	17
CONCLUSÃO	23
REFERÊNCIAS	25
GLOSSÁRIO	27

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é demonstrar a real consequência da utilização dos impostos indiretos como meio de controle do processo inflacionário brasileiro, gerando, por sua vez, como demonstrado no transcorrer do estudo, o aumento dos níveis de desigualdade social do Brasil.

Sendo assim, foram utilizados para a sua realização métodos variados de pesquisa, quais sejam, jornais; artigos jornalísticos; estudos e livros científicos.

Inúmeros relatos apresentados foram retirados do jornal Folha de São Paulo, como se vê no decorrer da leitura. Um artigo jornalístico em especial foi aplicado como fonte para a realização desse trabalho, "Rico é menos taxado no Brasil que na maioria do G20", executado pela empresa BBC.

O estudo científico "As Implicações do Sistema Tributário Brasileiro nas Desigualdades de Renda", de autoria de Evilásio Salvador, em parceria com a INESC e OXFAM, também fora empregado para o desenvolvimento do trabalho em questão.

Por fim, o livro de Miriam Leitão, "Saga Brasileira, a longa luta de um povo por sua moeda", deu sustentação à narração de todo o histórico da inflação brasileira, auxiliando na constatação dos inúmeros acontecimentos que marcaram o desenrolar do processo inflacionário no Brasil e, Eduardo Sabbag, através de seu livro "Manual de Direito Tributário", foi fonte primordial para o progresso do segundo capítulo desse trabalho.

1 O HISTÓRICO DA INFLAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO MIRIAM LEITÃO

Inicialmente, cumpre-se ressaltar que a inflação é o aumento contínuo de preços de bens, produtos e serviços em uma determinada região durante um período em que, ao mesmo tempo, diminui o poder de compra da moeda nacional (PORTAL, 2012).

Nesse sentido, pode-se dizer que o Brasil sofre com os problemas causados pela inflação desde a sua colonização, uma vez que o governo de D. João VI, através dos gastos exorbitantes despendidos com a Coroa Portuguesa e da cunhagem irresponsável de moedas, provocou o surgimento do processo inflacionário brasileiro. Tal processo se estendeu por toda a monarquia brasileira e, com D. Pedro I, impulsionado pelos gastos provocados pelo movimento de independência, ganhou mais força.

Durante a República, a crise econômica se desenrolou por todo o Brasil. A tentativa de industrializar um país baseado em uma economia cafeeira culminou na adoção de uma política voltada para a livre emissão de créditos monetários, conhecida por encilhamento.

O século XX foi marcado por índices inflacionários inconstantes. A crise de 1929 e os choques provocados pelas duas guerras mundiais trouxeram instabilidade ao Brasil e, em 1940, após a Revolução de 30, os mil-réis foram substituídos pela criação do cruzeiro, com a intenção de alcançar uma estabilidade econômica.

O golpe militar de 1964 culminou com criação do cruzeiro novo e com uma correção monetária que ajustava os preços pela inflação passada. Os produtos, as taxas, os impostos, os aluguéis subiram exacerbadamente, com a exceção do salário. O dinheiro perdia o seu valor a cada dia.

Na década de 80, a inflação contava com um índice de 230% e, após o fracasso do movimento popular pelas “Diretas Já”, Tancredo Neves foi eleito em 1985, de forma indireta, Presidente do Brasil.

Em 1986, após a morte de Tancredo e a sucessão pelo vice-presidente José Sarney, o governo brasileiro, a fim de conter o aumento inflacionário, criou o Plano Cruzado, responsável pela instituição de uma política sustentada pelo congelamento de preços, tarifas e serviços e uma nova moeda, o cruzado. Os primeiros problemas advindos com a mudança foram exatamente o aumento do consumo e a consequente falta de produtos, provocando, com isso, o aumento de preços.

A economia em 1987 estava arruinada devido aos preços instáveis, à produção desorganizada, às reservas exauridas e à ausência de capacidade de importar matérias-primas. A partir desse momento, inúmeros outros planos foram criados com o intuito de conter o

processo inflacionário.

Assim surgiu o Plano Bresser, responsável por um novo congelamento de preços e pela desvalorização da taxa de câmbio em 10% com o intuito de fomentar a exportação e aumentar a captação de dólares. No final, tratou-se de tão somente uma nova tentativa.

Em meados de janeiro de 1989, no final do governo Sarney, outro plano foi desenhado, o Verão e, com ele, outros congelamentos foram vislumbrados e uma nova moeda foi gerada, o cruzado novo.

Após mais de 20 anos, a população brasileira finalmente conseguiu retornar às urnas e, em 1990, deu-se início ao governo de Fernando Collor de Melo. A economia brasileira estava extremamente fragilizada, os preços dos produtos subiam diariamente e, com isso, aumentava-se a desconfiança do empresariado em investir já que, naquele momento, significava ter que assumir riscos.

Sendo assim, o brasileiro passou a resguardar seu salário e as empresas a frearem seus investimentos. Dessa forma, adveio um aumento de aplicações bancárias, conhecidas por *overnight*, que se caracterizavam por um investimento seguro e de rápida capitalização. O cerne do problema estava no fato de que quanto mais essa aplicação se valorizava, maior ficava a dívida pública do país e, por fim, seria incontrolável declarar a moratória da dívida interna do Brasil.

Surge, no entanto, em meio a uma crise avassaladora, o Plano Collor. Ele foi responsável pelo retorno do cruzeiro como moeda, por um congelamento de preços e salários e por uma política de sequestro de dinheiro da população aplicado no *overnight* e nos fundos com títulos públicos, da caderneta de poupança e até das contas-correntes, gerando um caos no país.

O Plano seria uma nova tentativa de controlar os índices inflacionários, baseado no confisco de dinheiro aplicado pela população acima de 50 mil cruzados. Foi uma corrida desenfreada para sacar o dinheiro nas agências bancárias, o que acabou por provocar uma crise de liquidez. Com tantos saques e poucas aplicações, os bancos ficaram completamente descapitalizados.

O governo sustentava que o Plano pouparia os mais pobres, porém, logo se viu que o empresariado, sucateado pelo novo padrão econômico e devastado pela diminuição do poder de compra da população, bem como pelo congelamento dos preços dos produtos, foi obrigado a dispensar inúmeros trabalhadores.

Ademais, rapidamente foi descoberta uma fórmula para burlar o governo. Aqueles dotados de privilégios conseguiram liberar suas aplicações e, ao mesmo tempo, junto ao BNDES, obtiveram empréstimos e mais empréstimos. Assim, apesar da enorme desaceleração

do consumo, a inflação conseguiu sobreviver, resultando na pior recessão da história do Brasil.

Foi então que, envolvido pelo acontecimento relatado, bem como por outros escândalos e o descontentamento da classe política com o governante, o presidente Collor foi destituído de seu cargo através do processo de *impeachment* e teve, por 8 anos, seus direitos políticos cassados.

Todavia, apesar de todo o exposto, algumas políticas vislumbradas nesse período merecem ser recordadas, como a abertura de mercado proporcionada pelo incentivo à importação e pelo pagamento da dívida externa, o que aumentou a confiança na economia brasileira e fomentou a competitividade do Brasil.

Quanto mais, o processo de privatização foi outro momento importante de seu governo. Não era mais viável para o país continuar mantendo um Estado detentor de grande parcela do monopólio mercantil. A herança das estatizações deixada por Getúlio Vargas perdia o sentido e o empresariado precisava caminhar com suas próprias pernas.

Em 1993, após o impeachment de Collor e a sua substituição pelo vice-presidente Itamar Franco, um novo plano econômico foi criado e, por sua vez, seria responsável por modificar todo o cenário hiperinflacionário brasileiro.

Dava-se início ao PAI, plano proposto por Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda, baseado no corte de despesas públicas; na proibição de empresas que não pagavam impostos de participarem de licitações; na consolidação da abertura do mercado; no aumento das privatizações, bem como na criação do imposto sobre cheques, o IPMF, substituído posteriormente pela CPMF, além disso, na estabilização dos bancos públicos. Mudanças essas que foram importantíssimas para conter a inflação que já chegava aos 40% ao mês.

Foi então que a ideia de criar uma nova moeda surgiu novamente. Os economistas, contados pelo governo, queriam que, dessa vez, a desmoralização da antiga moeda não fosse tão veloz ao ponto de provocar perdas aos atrasados no processo de conversão. Ao mesmo tempo, desejavam encontrar uma forma de repassar essa mudança para os contratos, sem que houvesse a possibilidade, que seria inconstitucional, de ter em circulação duas moedas.

Assim surgiu a URV, Unidade Real de Valor, uma moeda que não era emitida e nem circulava, servia unicamente como padrão de valor monetário. Era uma unidade de conta, mas só existia virtualmente. E, em 30 de junho de 1994, instituiu-se o Real; no ano seguinte, Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da República.

Enquanto o processo inflacionário era contido pelo novo plano, outros problemas começaram a surgir. O grande contingente de capital especulativo que entrava no país, fomentado pelas altíssimas taxas de juros, impedia o avanço do capital produtivo e, ao mesmo

tempo, valorizava artificialmente o real, tornando-se, portanto, uma preocupação.

Apesar de toda a constatação de que a desvalorização do real era primordial para socorrer a economia, o presidente FHC, em uma manobra para conquistar a reeleição, ignorou os apelos para que houvesse uma mudança no câmbio brasileiro, até então fixo, e, ao mesmo tempo, desconsiderou a possibilidade de cortes drásticos de despesas públicas para deprimir a economia brasileira.

No primeiro mês de sua reeleição, os jornais brasileiros e internacionais ficaram estarecidos com a desvalorização cambial imediata, provocada pelo Banco Central, de 8,9%, que gerou um aumento diário do dólar, possibilitando um risco de disparada dos preços e de um aumento da desconfiança no Brasil.

Porém, o FMI e o governo brasileiro conseguiram impedir a ocorrência de uma catástrofe, qual seja, de uma desvalorização exacerbada, através de um programa que garantia arrocho fiscal, manutenção do câmbio flutuante e a formulação de metas inflacionárias baseadas não mais na moeda americana, mas em números.

No fim de 1999, a inflação já contava com um dígito e o crescimento estava por vir, porém, a crise de escassez energética que ocorreu entre 2001 e 2002, aliada à chegada das eleições, gerou uma disparada do dólar, naufragando o país em uma crise de desconfiança. Tornou-se necessário, então, mostrar urgentemente ao mercado financeiro que a inflação baixa e a nova moeda conseguiriam se sustentar mesmo após uma transição política.

Era o início do governo Lula que, com a intenção de trazer mudanças, amparado pelo conceito de "ruptura necessária" proclamado pelo Partido dos Trabalhadores, não logrou sucesso nessa empreitada.

As metas de inflação, de superávit primário robusto e da taxa de câmbio flutuante, empregadas no final do governo FHC, foram sistematicamente seguidas pela política da situação, antiga oposição. Ademais, auxiliado por um ambiente externo extremamente favorável, o então governo vislumbrou um suntuoso crescimento econômico em cima daquilo que fora construído por seu antecessor, o que fez estimular ainda mais a economia.

Assim, associados à maré favorável com que a economia brasileira estava sendo impulsionada, foram adotadas políticas sociais importantes, como o incremento do Bolsa Família e a criação do Minha Casa, Minha Vida. Ao mesmo tempo que essas políticas públicas faziam o diferencial; o dinamismo do mercado de trabalho tornou-se menos acirrado, diminuiu o desemprego e melhorou a distribuição de renda da população.

O cenário internacional favorável; somado ao aumento de renda do trabalhador e do crédito e, conseqüentemente, à elevação do consumo; proporcionou um incremento da

produtividade industrial que, para atender a maior demanda, aumentou o uso do trabalho. Foram oito anos de suntuosos índices econômicos e de aceleração do comércio. O país estava crescendo em trajetória linear.

Porém, o excesso e a má qualidade dos gastos públicos; os enormes gastos previdenciários; a elevada taxa de juros; as intervenções do Banco Central no câmbio; o represamento de preços e a baixa qualidade da prestação de serviços significaram o fim de um período acometido por um crescimento econômico vultoso. O que até então era o maior responsável pelo desenvolvimento do Brasil, qual seja, o mercado externo, teve sua conjuntura modificada nos anos do governo Dilma, sucessora de Lula após oito anos de governo.

A China, então responsável pelo avanço e pela mudança do mercado externo, informava ao mundo que entraria em um processo de desaceleração econômica, e o resultado dessa política fez com que houvesse um queda brusca na exportação de inúmeras *commodities*, responsáveis, até o referido momento, por suprir o mercado chinês.

Com a diminuição da produção, do consumo e o aumento do desemprego, algumas políticas econômicas foram impostas, como a redução do IPI e da CIDE-combustíveis; a desoneração, na folha de pagamento, da Contribuição Previdenciária de alguns setores da economia; o aumento dos tributos sobre produtos importados e o alargamento do processo de represamento de preços. Além disso, a valorização do real continuava a ser sustentada e os gastos públicos, com a manutenção do EUDEMÔNICO, tornavam-se cada vez maiores.

Houve, nesse período, um crescimento simulado da economia, orquestrado pelo conjunto de políticas impostas e, conseqüentemente, passageiro, seguido por um aumento do processo inflacionário e da diminuição do PIB. No final do seu primeiro mandato, a presidente já conseguia vislumbrar o caminho tortuoso que teria de seguir, mas, pressionada pela classe empresarial, após a sua reeleição, passou a tomar atitudes para modificar esse cenário.

A primeira metade do ano de 2015 foi marcada por inúmeras crises políticas aliadas à criação de pacotes ou de medidas de contenção de gastos públicos. Houve também o fim da desvalorização artificial do real e conseqüente aumento do dólar, bem como, o fim da era do represamento de preços e do reajustamento dos impostos indiretos, como o IPI e CIDE-combustíveis e, ainda, do fim das desonerações sobre a folha de pagamento de vários setores da economia.

Conforme exposto nos parágrafos anteriores, o governo brasileiro, durante toda a sua história, utilizou diversos instrumentos com o objetivo de conter o processo inflacionário e, em meio a tantas tentativas, a possibilidade de usufruir da máquina tributária brasileira para controlar as crises políticas, sociais e econômicas era o meio mais fácil encontrado.

Assim, da década de 1990 para cá, o peso total de impostos, taxas e contribuições saltou de 25% para 35% da renda dos brasileiros, superando os percentuais de países mais ricos como Estados Unidos, Japão, Espanha e Portugal. (BOULOS, 2015) Os tributos indiretos passaram a ser criados e majorados constantemente, já que são mais fáceis de cobrar e de serem aprovados no Congresso Nacional.

Em razão disso, o presente trabalho, utilizando principalmente os acontecimentos dos governos Lula e Dilma, pretende expor a problemática por detrás da utilização dos impostos indiretos como meio de controlar o processo inflacionário, que desencadeou um ambiente de desigualdade social incontrolável.

2 A PROBLEMÁTICA DOS IMPOSTOS INDIRETOS

Antes de adentrarmos à temática proposta, qual seja, a implicação dos impostos indiretos sobre os índices de inflação brasileira, compete que se faça uma explanação de alguns conceitos básicos.

Imposto é todo tributo cujo fato gerador independe de qualquer atuação estatal relativa ao contribuinte, caracterizando-se, dessa forma, por ser tributo não contraprestacional. Seus fatos geradores estão intimamente relacionados à vida pessoal; à atividade e ao patrimônio do contribuinte. Para mais, trata-se de tributo não vinculado, ou seja, sua arrecadação não é destinada à determinada espécie de fundo, órgão ou despesa. É utilizado para o custeio das atividades gerais da administração pública e não de atividades específicas como exposto anteriormente. Dentre as várias classificações que envolvem esse tributo, urge destacarmos aquela referente à distinção entre impostos indiretos e diretos.

Imposto direto, segundo Eduardo Sabbag (2014), é aquele em que não há repercussão econômica do encargo tributário, tendo a virtude de poder graduar diretamente a soma devida por um contribuinte, enquanto que, imposto indireto, segundo o mesmo autor, é aquele em que o ônus financeiro do tributo é transferido ao consumidor final, por meio do fenômeno da repercussão econômica, não ligando o ônus tributário a um evento jurídico ou material e não dispondo de um parâmetro direto para apurar a capacidade econômica do contribuinte. Outrossim, é necessário observá-los (impostos diretos e indiretos) sob a ótica do sistema progressivo e regressivo da tributação brasileira.

Como cediço, progressividade trata-se de exigência do princípio da capacidade contributiva, norteador do Sistema Tributário Brasileiro e que, por sua vez, significa a graduação dos impostos segundo à capacidade econômica do contribuinte, possibilitando, dessa forma, uma melhor distribuição de renda e diminuição das desigualdades sociais. Entretanto, o processo da regressividade é vislumbrado pela elevada representatividade que têm os impostos indiretos na economia brasileira.

Assim, o Sistema Tributário Brasileiro, apesar de contar com alguns importantes tributos progressivos; como é o caso do IR, ITR, IPTU, embora exista discussão acerca deste; concede maior importância à carga tributária indireta uma vez que seus valores são embutidos em maior ou menor percentual nos custos dos produtos e serviços repassados aos consumidores, os quais ficam, portanto, com a parcela maior da compulsoriedade.

Sendo assim, os impostos diretos, como visto, são tratados com descaso pelo ordenamento jurídico brasileiro, haja vista o percentual de 20% auferido por meio da participação do imposto de renda, principal tributo nessa seara, na carga tributária brasileira,

enquanto que nos países desenvolvidos, chega a 70%. (*Ibidem*, p. 163)

Além disso, até pouco tempo, o Brasil contava com apenas duas alíquotas de IR, quais sejam, de 15% e 27,5%. Somente em 2008, houve a ampliação dessa margem de taxação, com a criação de duas outras alíquotas, tendo sido, há poucos meses, timidamente majoradas, como se vê na Tabela 1: (*Ibidem*, p. 164)

Tabela1: Tabela do Imposto de Renda abril 2015.

TABELA PROGRESSIVA MENSAL A PARTIR DE ABRIL/2015		
BASE DE CÁLCULO MENSAL	ALÍQUOTA	PARCELA A DEDUZIR
Até R\$ 1.903,98	ISENTO	R\$ 0,00
De R\$ 1.903,99 ate R\$ 2.826,65	7,50%	R\$ 142,80
De R\$ 2.826,66 ate R\$ 3.751,05	15,00%	R\$ 354,80
De R\$ 3.751,06 ate R\$ 4.664,68	22,50%	R\$ 636,13
Acima de R\$ 4.664,68	27,50%	R\$ 869,36

Fonte: Mira (2015)

O gráfico apresentado demonstra uma cobrança proporcionalmente menor em relação à renda das classes média-alta e alta, se confrontada com as das classes média e pobre, ocasionando dessa forma uma grande desigualdade.

Nesse contexto, muitos estudiosos, como Gaiger, propõem que seja ampliada a margem de taxação desse imposto, por meio, por exemplo, da criação de mais duas alíquotas, quais sejam, de 35% para quem ganha entre R\$6 mil e R\$13,7 mil por mês e de 45% para quem recebe acima disso (SCHREIBER, 2014).

Outros pesquisadores; ao observarem o fato de que a legislação brasileira não se sujeita à tabela progressiva do IR, aos ganhos de capital na alienação de bens e direitos de qualquer natureza (alíquota de 15%) e àqueles provenientes de aplicações financeiras (alíquotas entre 0.01% e 22,5%), e de que há um grande contingente de descontos e isenções fiscais relativas a essa espécie tributária, bem como a presença de incontáveis sonegações, por conta da remessa de capital para os chamados paraísos fiscais; admitem a necessidade da criação de um novo Sistema Tributário, pautado no princípio da isonomia e da capacidade contributiva. (SALVADOR, 2014)

Diante disso, é clara a predominância do Sistema Regressivo de nosso aparelho tributário, com destaque para o fato de que 60% dos tributos brasileiros são indiretos e que, além disso, contamos com uma baixa eficácia redistributiva dessa política tributária, a qual não tributa os produtos provindos do trabalho, aluguéis, aplicações financeiras, lucros, dividendos e

patrimônio de forma eficaz. (SABBAG, 2014)

Apesar de todo o exposto, esse tipo de tributação continua a ser utilizada como meio de controlar os índices inflacionários, ora com diminuição das alíquotas dos impostos indiretos, com a intenção de elevar a economia e possibilitar aumento do consumo, culminando, ao mesmo tempo, na alavancagem do fenômeno inflacionário; ora com o aumento das mesmas, com a finalidade de frear o consumo, estabilizar a economia e, concomitantemente, procurar reduzir a inflação.

Foi diante desse cenário que, ao longo de todo o governo Lula e, posteriormente, Dilma, a economia brasileira se manteve utilizando-se de estratégias forçadas como a já relatada diminuição de alíquotas de impostos indiretos; relativas ao IPI, II, IE e CIDE-combustíveis; com o intuito de incentivar um progresso fictício da economia brasileira e aumentar, de forma aparente, o poder de compra da população, bem como de patrocinar os gastos exorbitantes e irresponsáveis do governo com políticas públicas.

Contudo, ao mesmo tempo, mantinha a tabela de IR inalterada; exonerava da folha de pagamento, a Contribuição Previdenciária de inúmeros setores da economia brasileira; conservava as alíquotas do ITR em baixíssimos níveis e sustentava a baixa progressividade do IPVA que tão pouco era e é incidente sobre embarcações e aeronaves. Além disso, o governo brasileiro, congelava o preço dos produtos e desvalorizava de forma artificial o real. O balanço final dessa política foi, principalmente, o retorno da preocupação brasileira com os índices inflacionários que, em julho de 2015 já alcançavam quase 9% (BÔAS, 2003).

Ora, o aumento desenfreado do consumo e o conseqüente esgotamento dos produtos aliados à política de represamento de preços, à desvalorização artificial do real, aos gastos públicos descomedidos e ao conseqüente sucateamento da indústria e, portanto, ao aumento do desemprego, trouxeram de volta o temor de todo brasileiro, o processo inflacionário.

Em vista disso e diante de um país imergido nos problemas relatados, o governo lançou mão de pacotes ou medidas chamados de "ajustes fiscais", para conter a inflação e, ao mesmo tempo, propiciar a retirada do país da crise econômica que o persegue desde 2014. Sendo assim, houve o restabelecimento da alíquota da CIDE-combustíveis, responsável por, além de outros fatores, provocar a crise econômica da PETROBRAS; o aumento das alíquotas de IPI; a diminuição de gasto com políticas públicas e de direitos trabalhistas até então vislumbrados, bem como a tentativa de reduzir a desoneração das empresas que receberam benefícios fiscais sobre a folha de pagamento no ano de 2014. (Projeto de Lei Complementar número 57/2015)

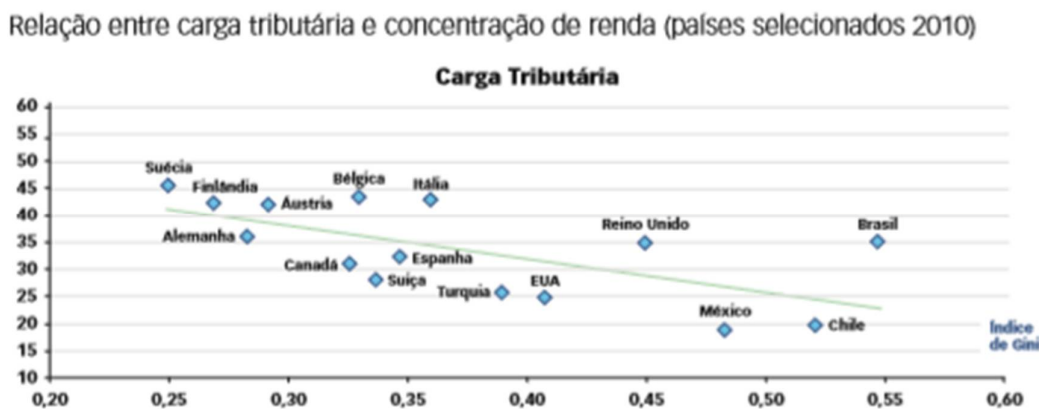
Por fim, evidencia-se o problema gerado pelo uso desse instrumento de tributação para solucionar as questões envolvendo aumento ou diminuição do consumo e do desenvolvimento

econômico. Ao mesmo tempo, como equalizador dos índices inflacionários, que provoca, além de todo o exposto, o aumento dos níveis de desigualdade social uma vez que não soluciona o problema inflacionário e, aumenta a lacuna existente entre o brasileiro rico e pobre.

Segundo Marcio Pochmann, presidente do IPEA, "os pobres no Brasil pagam 44% mais impostos, em proporção à sua renda, que os ricos. Embora os 10% mais pobres não paguem Imposto de Renda, consomem bens com alta carga de impostos indiretos, como os da cesta básica". (SABBAG,2014, p. 182)

Diante dessa constatação, um estudo feito com dez países pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) com o intuito de observar a relação entre a carga tributária e a concentração de renda, mensurada pelo índice de Gini, evidenciou-se que o Brasil, como mostra a tabela abaixo, ao contrário de todos os outros países, apesar de possuir elevada carga tributária, essa não se encontra associada à redução da desigualdade de renda.

Gráfico 1: Relação entre carga tributária e concentração de renda (países selecionados 2010).



Fonte: OCDE; PNUD, 2013 (apud SALVADOR, 2014, p. 11).

O Brasil detém, portanto, uma elevadíssima tributação se comparada ao insignificante retorno de bem-estar à população. Assim, leciona Sabbag (2014, p. 183) que:

Entre os 30 países com maiores cargas tributárias, o Brasil ocupa a 30ª posição - e essa lamentável situação de 'lanterna' já se repete há vários anos. Os primeiros lugares foram assim preenchidos: Estados Unidos, 1º lugar: Carga Tributária de 25,10% para um IDH/2012 de 0,937; Austrália, 2º lugar: Carga Tributária de 25,60% para um IDH/2012 de 0,929; Coreia do Sul, 3º lugar: Carga Tributária de 25,90% para um IDH/2012 de 0,909; e, finalmente, Japão, 4º lugar: Carga Tributária de 27,60% para um IDH/2012 de 0,912.

O autor continua seu apontamento, mas dessa vez relatando os dados observados em

países da América Latina, como Uruguai, 13º lugar: Carga Tributária de 27,18% para um IDH/2012 de 0,792; Argentina, 21º lugar: Carga Tributária de 33,50% para um IDH/2012 de 0,811 e, por fim, o Brasil, 30º lugar: Carga Tributária de 36,02% para um IDH/2012 de 0,730. (*Loco citado*)

Como ficou demonstrado, o Brasil ainda tem muito a aprender e a lutar por um Sistema Tributário mais justo, coeso e que traga à sociedade uma certeza de que o seu dinheiro proveniente, principalmente, dos inúmeros impostos indiretos cobrados pelo governo, encontra-se bem empregado e que não mais nos encontramos diante de um Sistema Tributário Regressivo, completamente incoerente com os princípios constitucionais consagrados pela Constituição Federal de 1988 e responsável pelo avanço da desigualdade social.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou, por meio de um breve histórico do processo inflacionário brasileiro, demonstrar que a utilização dos impostos indiretos como meio de controlar a inflação, principalmente nos dois últimos governos brasileiros, aumenta consideravelmente a desigualdade social do país.

Através de gráficos e percentuais, constatou-se que a carga tributária brasileira, apesar de alta, não garante um retorno de bem-estar satisfatório à população e que, além de tudo, a classe menos abastada do país é a responsável por contribuir com a maior parcela dessa carga, através dos impostos indiretos embutidos em vestuários, calçados, eletrodomésticos, alimentos etc.

Sendo assim, os dois últimos governos brasileiros, com a intenção de cobrir seus gastos irresponsáveis com políticas públicas como Fies, Pronatec, Bolsa Família, utilizaram impostos indiretos como meio de mascarar o déficit causado pela ausência de receita para o cumprimento dessas. Tais ações, ao logo do tempo, provocaram um aumento da desigualdade social gerada pelo crescimento da contribuição tributária dos mais pobres.

Como relata o publicitário André Torreta, em entrevista à revista VEJA, em 14 de outubro de 2015, a classe C não criou mecanismos para se defender da inflação e hoje sofre as consequências desse descaso quando ao realizar suas compras no supermercado se vê obrigada a deixar de lado produtos que antes eram considerados como pequenos luxos, como o iogurte de sua filha de 3 anos.

O Sistema Tributário Brasileiro, extremamente regressivo, como demonstrado ao longo do estudo, necessita de mudanças importantes e eficazes que não só auxiliariam a controlar o processo inflacionário, mas também conduziriam o país a um equilíbrio econômico e social que proporcionaria a diminuição da desigualdade social brasileira, conforme objetiva a nossa ilustre Constituição Federal, em seu art. 3º.

REFERÊNCIAS

BÔAS, Bruno Villas. **Inflação acumulada em 12 meses atinge 8,47%, e é a maior desde 2003**. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1640154-inflacao-sobe-074-em-maio-e-acumula-847-em-12-meses.shtml>>

DICIONÁRIO INFORMAL. **Represar**. Disponível em:

<www.dicionarioinformal.com.br/represar>

BOULOS, Guilherme. **Quem paga a conta?** Jornal Folha De São Paulo. Caderno Mercado, 17 set. 2015. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2015/09/1682439-quem-paga-a-conta.shtml>>

LEITÃO, Mirian. **Saga brasileira/Mirian Leitão**: a longa luta de um povo por sua moeda. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MIRA NOTÍCIAS. **Nova tabela de imposto de renda a partir de 01/04/2015**. Disponível em:

<http://www.miracontabil.com.br/noticias/post.php?site_id=1&conteudo_id=311>

MORAES, Bernardo Ribeiro de. *in* PAOLIELLO, Patrícia Brandão. **O princípio da capacidade contributiva**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/4138>

OCDE iLibrary. OECD Tax Dattabase. In: SALVADOR, Evilásio. **As implicações do sistema tributário brasileiro nas desigualdades de renda**. Brasília: Inesc, 2014. Disponível em:

<<http://www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/textos/as-implicacoes-do-sistema-tributario-nas-desigualdades-de-renda/publicacao/>>

PORTAL BRASIL. Banco Central. Fundação Getulio Vargas. **Inflação**. Disponível em:

<www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/inflacao>

ROCHA, Keiler Carvalho. **Bolsa de Valores do Estado de São Paulo / Bovespa**.

Commodities. Disponível em <www.economiabr.net/economia/5_commodities.html>

SABBAG, Eduardo. **Manual de direito tributário**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SALVADOR, Evilásio. **As implicações do sistema tributário brasileiro nas desigualdades de renda**. Brasília: Inesc, 2014. Disponível em:

<<http://www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/textos/as-implicacoes-do-sistema-tributario-nas-desigualdades-de-renda/publicacao/>>

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do século XXI**. São Paulo: Record, 2005.

SCHREIBER, Mariana. **Rico é menos taxado no Brasil do que na maioria do G20**.

Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140313_impostos_ricos_ms>

SEVEGNANI, Joacir. **O modelo regressivo de tributação no Brasil**. Disponível em:
<<http://jus.com.br/artigos/20574/o-modelo-regressivo-de-tributacao-no-brasil>>

GLOSSÁRIO:

1. ARROCHO FISCAL: corte de gastos e contingenciamento de verbas. (SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do século XXI)
2. CÂMBIO FIXO: é um instrumento de política econômica que consiste na fixação da taxa de câmbio, isto é, o governo define a cotação da moeda local em relação a uma moeda de referência. (*Ibidem*)
3. CÂMBIO FLUTUANTE: é o sistema em que as operações de compra e venda de moedas funcionam sem controle sistemático do governo. O valor das moedas estrangeiras flutua de acordo com a oferta e demanda no mercado. (*Ibidem*)
4. CAPITAL ESPECULATIVO: Diz-se do capital que só procura obter vantagens de uma determinada situação, não trazendo benefícios para a economia ou setor no qual se acha investido. (*Ibidem*)
5. CAPITAL PRODUTIVO: termo usado para se referir aos recursos intangíveis e tangíveis capazes de gerar riquezas e possibilitar a criação de oportunidades de trabalho além de renda para as pessoas de uma comunidade. (*Ibidem*)
6. *COMMODITIES*: são produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, que podem ser estocados por certo tempo sem perda sensível de suas qualidade, como suco de laranja congelado, soja, trigo, bauxita, prata ou ouro.
ROCHA, Keiler Carvalho. Bolsa de Valores do Estado de São Paulo / Bovespa. Commodities. Disponível em <www.economiabr.net/economia/5_commodities.html>
7. COEFICIENTE DE GINI: é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico Corrado Gini em 1912. (SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do século XXI)
8. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: "é uma reconhecida medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, entre outros fatores. Ele varia de 0 (zero) a 1 (um): quanto mais próximo dessa última medida, maior será o grau de desenvolvimento aferido." (SABBAG, Eduardo, pg. 182)
9. MORATÓRIA: dilação do prazo de quitação de uma dívida, concedida pelo credor ao devedor para que este possa cumprir a obrigação além do dia do vencimento. (SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do século XXI)
10. PAI: Plano de Ação Imediata (LEITÃO, Miriam. Pg. 255)
11. PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA: cada pessoa deve contribuir para as despesas da coletividade de acordo com a sua aptidão econômica, ou capacidade contributiva, origina-se do ideal de justiça distributiva.

MORAES, Bernardo Ribeiro de. *in* PAOLIELLO, Patrícia Brandão. O princípio da capacidade contributiva. Disponível em: < <http://jus.com.br/artigos/4138>>

12. PRINCÍPIO DA ISONOMIA: "a regra da igualdade (ou da isonomia) consiste senão em aquinhoar igualmente aos iguais e desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam". (SABBAG, Eduardo, pg. 129)

13. PRODUTO INTERNO BRUTO: representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado. (SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do século XXI)

14. REPRESAMENTO DE PREÇOS: Controlar os preços. DICIONÁRIO inFORMAL. Represar. Disponível em: <www.dicionarioinformal.com.br/represar>

15. SISTEMA TRIBUTÁRIO PROGRESSIVO: ocorre quanto a participação dos tributos sobre a renda e a riqueza dos indivíduos aumenta na mesma proporção da renda e da riqueza. SEVEGNANI, Joacir. O modelo regressivo de tributação no Brasil. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/20574/o-modelo-regressivo-de-tributacao-no-brasil>>

16. SISTEMA TRIBUTÁRIO REGRESSIVO: ocorre quando a participação dos tributos sobre a renda e a riqueza dos indivíduos acresce na relação inversa destas. (*Ibidem*)